



# CLIPPING



2 DE JULHO  
DE 2021

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA  
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 - [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# REPÓRTER

# 70

## **Consciência ambiental**

O Tribunal de Justiça do Pará aderiu à campanha "Julho sem Plástico", como forma de preparar e incentivar o público interno.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## ATERRO SANITÁRIO

**Prefeitura de Marituba não irá recorrer da prorrogação****EDUARDO ROCHA**  
DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Marituba informou nesta quinta-feira (1) que decidiu não recorrer da decisão judicial datada de 29 de junho. "A Prefeitura de Marituba informa que não recorreu da decisão em questão por se tratar de um período muito curto de prorrogação do funcionamento do aterro, de apenas três meses. A Prefeitura segue na expectativa de que após setembro, as atividades do aterro sanitário sejam definitivamente encerradas", foi exposto na nota oficial encaminhada pela Prefeitura de Marituba à reportagem integrada de O LIBERAL.

Coube ao desembargador Luiz Gonzaga da Costa Negro, da 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), deferir tutela de urgência para prorrogar as operações no aterro até nova data, de vez que o funcionamento do espaço teve seu prazo vencido justamente no dia 29 deste mês. O magistrado atendeu a recurso movido pelas prefeituras municipais de Belém e Ananindeua.

A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), responsável pelo acompanhamento do cumprimento da legislação ambiental no Aterro Sanitário de Marituba, informou que o espaço pode continuar funcionando. O posicionamento da Semas foi externado um dia após ser divulgada a decisão judicial datada do dia 29 deste mês, prorrogando o funcionamen-

to do Aterro Sanitário de Marituba por mais três meses, ou seja, até setembro.

Após destacar que faz o monitoramento semanal do aterro sanitário, a Semas reiterou que "após análise documental dos estudos apresentados pela empresa Guamá Tratamento de Resíduos Ltda e as vistorias técnicas realizadas foi constatada a possibilidade da continuidade das atividades regulares do aterro de Marituba, tendo em vista que a responsável está cumprindo com os requisitos ambientais necessários solicitados, assim como o atendimento das condicionantes de manutenção da licença".

A Semas esclarece que "a atuação conjunta entre municípios, órgão ambiental e empreendedor são fundamentais, uma vez que o processo é complexo e todos têm sua parcela de responsabilidade".

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) sinalizou na quarta-feira (30) com a intenção de recorrer da decisão judicial. Porém, ainda nesta quinta-feira (1) não se posicionou sobre o assunto.

A empresa Guamá Tratamento Sólidos, que atua no Aterro Sanitário de Marituba, informou nesta quinta-feira que: "Só vai se pronunciar sobre os temas que ainda estão sendo tratados quando for definido um acordo entre a empresa e as partes envolvidas: Prefeituras, Ministério Público, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Estado".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# INVESTIGAÇÃO SOBRE O CASO RAVYLA CONTINUA QUARTO ACUSADO É PRESO

A menina de apenas dez anos de idade desapareceu no dia 21 de junho deste ano e depois foi encontrada morta em Viseu, região nordeste do Estado. A Polícia Civil montou uma força-tarefa para apurar o caso



O crime chocou os moradores do município e teve ampla repercussão no Pará. A caçada policial continua  
FOTO: DIVULGAÇÃO

## INQUÉRITO EM ABERTO

**A** força-tarefa instituída pela Polícia Civil para investigar a morte da criança Ravyla Sousa, de dez anos, em Viseu, nordeste do Pará, cumpriu mais um mandato de prisão temporária, ontem, contra o quarto suspeito de participação no crime, cuja prisão foi decretada no último dia 28 de junho. Ele estava foragido.

O investigado foi interrogado na Superintendência Regional da Zona Bragantina, com sede em Capanema. O homem trabalha como operador de máquinas e é apontado como participante direto na morte da criança.

Após procedimentos cabíveis, ele será encaminhado para exames periciais no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves e, posteriormente, será conduzido ao sistema penitenciário na Região Metropolitana de Belém.

As investigações são conduzidas pela Diretoria de Polícia do Interior (DPI) e Superintendência Regional da Zona Bragantina, em conjunto com os demais órgãos de Segurança do Estado e do sistema de Justiça.

Desde o desaparecimento da criança, no município de Viseu, no dia 21 de junho deste ano, a Polícia Civil iniciou uma série de diligências para identificar autorias e localizar suspeitos. Durante o

trabalho investigativo, imagens de circuito interno de câmeras foram analisadas, oitivas realizadas e o veículo deixado no hotel pelo vendedor de sabonete também foi apreendido e periciado, juntamente a outros objetos pessoais.

## PRISÕES

No último domingo (27), a Polícia Militar já havia conduzido o primeiro suspeito do crime para a Superintendência de

Capanema, onde foi cumprido o mandato de prisão temporária. Já na terça-feira (29), o segundo investigado foi capturado pela Polícia Civil, em Belém, e durante a tarde do mesmo dia o terceiro suspeito foi preso pela PM no município de Viseu. Todos foram encaminhados ao sistema penitenciário. Segundo o trabalho investigativo, os presos têm envolvimento direto no crime, o qual segue em investigação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Mulheres podem denunciar violência doméstica ao Ministério Público

Em Marabá, no sudeste do estado, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) disponibiliza canais para que essas mulheres vítimas de violência doméstica denunciem seus agressores.

## MARABÁ

Alessandra Gonçalves  
DA REDAÇÃO

**A**s histórias são parecidas: carregam dor, medo e desespero. São relatos de agressões, abusos físicos e psicológicos, pedidos de ajuda e gritos por socorro. Essa é a realidade de mulheres vítimas de violência, seja praticada pelo namorado, pelo marido, pelo ex-companheiro, pelo pai, pelo filho ou pelo irmão.

Em Marabá, no sudeste do estado, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) disponibiliza canais para que essas mulheres vítimas de violência doméstica denunciem seus agressores. Em um ano e meio de pandemia, a rede de proteção a mulheres vem trabalhando de forma intensa para que os agressores sejam punidos no âmbito da Lei Maria da Penha (Lei 11.340), que reprime a violência doméstica.

De acordo com a promotora de Justiça da Violência Doméstica de Marabá, Paula Gama, eles têm detectado que o número de denúncia de violência doméstica tem aumentado, tanto no Mi-



Em um ano e meio de pandemia, a rede de proteção à mulheres vem trabalhando de forma intensa para que os agressores sejam punidos. FOTOS: REPRODUÇÃO

nistério Público, quanto na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. "A gente percebe que as vítimas estão tendo coragem efetivamente de denunciar, porque elas sentem que tem toda uma rede de proteção que auxilia nessa busca de acesso à justiça", informou.

Essa rede de proteção conta com o apoio do Juizado de Violência Doméstica, Ministério Público, Delegacia da Mulher, Patrulha Maria da Penha, Ouvidoria da Mulher, Conselho Mu-

nicipal dos Direitos da Mulher (Comdim), Disque Denúncia do Sudeste do Pará, entre outros órgãos, que atuam para garantir a segurança das vítimas.

Por isso, a promotora reforça a importância de as mulheres denunciarem as agressões. "A violência no âmbito doméstico tem um ciclo da violência. Ela não começa já com o feminicídio, geralmente ela começa com uma agressão verbal, com um empurrão e posteriormente ela só vai se agravando. As mulhe-

res que se encontram nessa situação de violência, que elas procurem ajuda através da rede de proteção, denuncie, que o sistema está aí justamente para fazer essa proteção dessas mulheres", disse Paula Gama.

Para os agressores a promotora de justiça orienta que se eles cometerem qualquer tipo de delito serão punidos. "Não vão ficar impunes, a sociedade está muito mais informada. Hoje tem muito mais formas de você chegar ao sistema de justiça", alerta.

"A gente percebe que as vítimas estão tendo coragem efetivamente de denunciar, porque elas sentem que tem toda uma rede de proteção que auxilia nessa busca de acesso à justiça"

Promotora de Justiça da Violência Doméstica de Marabá, **Paula Gama**



## SERVIÇO

### CANAL PARA DENÚNCIAS

As denúncias ao Ministério Público podem ser feitas através do (94) 3312-9902; WhatsApp (94) 98804-1314 ou pelo site [www.mppa.mp.br](http://www.mppa.mp.br).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# Acusado de assaltar comércio na Pioneira é preso

A prisão aconteceu por conta de um mandado de prisão em desfavor de Antônio Maciel Cardoso Alves. A prisão foi realizada por equipes da Superintendência Regional do Sudeste do Pará e Núcleo de Apoio à Investigação.

## MARABÁ

### Da Redação

Um homem acusado de ter assaltado um estabelecimento comercial na Marabá Pioneira no dia 23 de junho foi preso na manhã desta quinta-feira (1º) pela Polícia Civil. A prisão aconteceu por conta de um mandado de prisão em desfavor de Antônio Maciel Cardoso Alves. A prisão foi realizada por equipes da Superintendência Regional do Sudeste do Pará e Núcleo de Apoio à Investigação.

O suspeito, utilizando uma arma de fogo tipo revólver, subtraiu joias e aparelhos celulares do proprietário do estabelecimento, mediante grave ameaça. Rapidamente, policiais civis identificaram o suspeito, e após coleta de elementos probatórios, a polícia representou na Justiça pela medida cautelar de prisão preventiva.

O delegado Thiago Carneiro, superintendente de Polícia Civil da 10ª Risp Carajás, falou sobre a prisão de Antônio Maciel. "Em me-



A prisão foi realizada por equipes da Superintendência Regional do Sudeste do Pará e Núcleo de Apoio à Investigação. FOTO: MICHEL GARCIA

nos de uma semana a Polícia conseguiu identificar o suspeito, apresentar por meio de prisão preventiva e cumprir já na data desta quinta", declarou. "Foi dado cumprimento a esse mandado de prisão em nome de Antônio Maciel Cardoso Alves, aqui na delegacia ele confessou que praticou o delito de roubo bem como declarou que

vendeu as jóias pelo valor de R\$ 500", disse o delegado Thiago.

Além do cumprimento do mandado de prisão preventiva, policiais civis encontraram aproximadamente 310 gramas de substância entorpecente tipo "maconha", na posse de Antônio. Por esse crime, ele foi preso em flagrante e será autuado por tráfico de drogas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MAIS SEGURANÇA

## Ministério Público cobra fiscalização em estacionamentos dos shoppings de Belém

A reunião é decorrente do procedimento administrativo instaurado para assegurar a regularidade de estacionamentos privados nos shoppings.

02 JUL 2021 - 09H57 | ATUALIZADO 02 JUL 2021 - 09H57 | Compartilhar 0



O Ministério Público do Pará (MPPA), por meio do 2º promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, Frederico Antonio Lima de Oliveira, reuniu nesta quinta-feira, 01, com representantes de todos os shoppings centers de Belém. A reunião é decorrente do procedimento administrativo instaurado para assegurar a regularidade de estacionamentos privados nos shoppings.

De acordo com o MPPA, alguns usuários não utilizam o espaço de forma adequada, desrespeitando vagas reservada ou áreas de circulação, por tanto, foi necessária a intervenção do MPPA, para garantir a segurança e os direitos destes consumidores.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Além disso, foi detectado que não há fiscalização constante nesses estabelecimentos e, com isso, não há como garantir o cumprimento da legislação de trânsito vigente.

Sendo assim, a Promotoria do Consumidor oficiará à Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (Semob) para que inicie a fiscalização, em um prazo de até 15 dias, para garantir que todas as normas de trânsito estejam sendo obedecidas para garantir a segurança de todos os usuários

*Com informações do MPPA*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



ABSURDO!

## Mãe oferece filhos para manterem relações sexuais em troca de dinheiro e drogas em Viseu

A mulher agora está a disposição da Justiça

01 JUL 2021 - 19:41 | ATUALIZADO 01 JUL 2021 - 21:50 | [Compartilhar 6](#) [Twitter](#) [WhatsApp](#) [Facebook](#) [LinkedIn](#)



Na manhã desta quinta-feira, 1, Policiais Militares com apoio da Polícia Civil de Viseu, prenderam uma mulher identificada como Marines, ela é acusada de oferecer a sua filha e os demais, para várias pessoas abusarem sexualmente em troca de dinheiro e drogas. O flagrante aconteceu após denúncias que foram investigados por uma equipe técnica de profissionais, que constataram o crime.

De acordo com informações, a menina chorava desesperada, pedindo que o caso fosse denunciado, a vítima já apresentava um quadro avançado de depressão, transtornos e de ansiedade.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Após as denúncias, a Polícia Civil instaurou um inquérito. Várias coletas de elementos de informações, provas técnicas periciais e evidências.

Segunda a perícia, foi constatado a violência sexual diária, por várias pessoas, inclusive com os demais filhos de Marines. Diante das informações, o Delegado de Polícia Diego Lima, solicitou a Prisão Preventiva de Marines e demais os demais investigados.

A mulher foi apresentada na Delegacia de Viseu, e irá responder pelos crimes de estupro de vulneráveis, maus tratos e obstrução de justiça. Ela agora ficará à disposição da justiça e os demais investigados seguem sendo procurados.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

INVESTIGAÇÃO

## Polícia prende oito envolvidos em assassinato de ex-vereador no sudeste do Pará

01 JUL 2021 - 12:42 | ATUALIZADO 01 JUL 2021 - 12:43 | Compartilhar 6



Oito pessoas foram presas, na última quarta-feira, 30, acusadas do assassinato do ex-vereador e oficial de Justiça aposentado, Edmilson de Sousa Viana, conhecido como “Mica Boca de Gia”, e também do roubo da caminhonete de Silvando Sacramento dos Santos. Um dos envolvidos no crime, que ocorreu em Rondon do Pará, no dia 4 de maio deste ano, ainda está foragido. Além do Pará, foram cumpridas prisões em Açailândia, no Maranhão, e Goiânia, em Goiás.

Os presos foram identificados Miqueias Pereira da Silva, Jacson Breno Xavier, Leonardo da Silva de Abreu, Henrique Silva Cortez, Rafael Silva Coimbra, Everson Silva Santos, André Henrique Souza e Alif dos Santos Souza.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O que se sabe sobre o caso é que uma quadrilha foi roubar uma caminhonete que estava na porta de um açougue na Vicinal Vitória, zona rural de Rondon, e “Mica” estava lá por acaso e tentou reagir ao assalto, mas foi morto com um tiro na cabeça.

Segundo a polícia, após várias diligências investigativas, foram esclarecidos os fatos ocorridos no dia do crime, bem como a participação de cada integrante nos crimes investigados. Alif Souza é apontado como autor intelectual, enquanto Henrique Cortez, Rafael Coimbra, André Souza e Everson Santos deram apoio no transporte do bando. Já os executores do crime são Miqueias Silva, Jacson Xavier, Leonardo de Abreu e o indivíduo identificado apenas pelas iniciais MC, que está foragido.

*Com informações de Correio Carajás*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

# Promotoria de Justiça de Santarém pede cumprimento definitivo de medidas impostas ao Hospital Municipal

Após inspeções, foi verificado o descumprimento das determinações judiciais. Dentre o que precisa ser sanado estão a ausência de especialidades médicas no plantão e a falta de medicamentos e insumos.

Por G1 Santarém — PA

01/07/2021 18h39 - Atualizado há 16 horas



Hospital Municipal de Santarém, no oeste do Pará — Foto: Sílvia Vieira/G1

Foi solicitada nesta quinta-feira (1º) pela Promotoria de Justiça de Santarém, oeste do Pará, a 6ª Vara Cível, que seja cumprida definitivamente a sentença proferida em Ação Civil Pública (ACP), fazendo com que o município cumpra obrigação judicialmente imposta para adoção de medidas relacionadas ao Hospital Municipal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A ACP foi ajuizada no ano de 2011, e a sentença proferida em 2017, favorável ao Ministério Público. O Município interpôs recurso de apelação, que foi negado pelo Tribunal de Justiça, que confirmou a decisão, com trânsito em julgado em 20 de abril de 2021, confirmando a obrigação imposta ao Município.

A promotoria pede também que sejam determinadas medidas, inclusive com a aplicação de multa aos responsáveis pelo cumprimento das determinações como medida indispensável à execução da política pública de garantia do direito fundamental à Saúde e Dignidade da Pessoa Humana.

**As medidas impostas pela decisão judicial são as seguintes:**

- Implantar e manter o funcionamento do Plantão 24h nas dependências do PSM, com a presença física de, pelo menos, um médico para cada um das especialidades: anesthesiologista, clínica médica, pediatria, cirurgia geral, ortopedia e obstetrícia, sem prejuízo de superar esses números em caso de comprovada necessidade;
- Disponibilizar (em caráter contínuo e permanente) insumos, materiais e medicação básica necessárias para prestação do serviço de saúde no HMS, de acordo com as disposições da Portaria Nº 2.048/2002 e Resolução nº 07/2010 da Comissão Inter Gestores Bipartite (CIB) do Pará e demais atos normativos do sistema de saúde em vigor;
- Implantar e manter rotina de higienização e limpeza nos ambientes do HMS, conforme as normas práticas sanitárias;
- Ativar e manter a rede canalizada de oxigênio, ar comprimido e vácuo do PSM;
- Adequar integralmente o PSM às disposições da portaria do Ministério da Saúde, no prazo máximo e improrrogável de 60 dias.

**Mais detalhes**

A petição de cumprimento do MPPA traz os relatórios técnicos que apontam o descumprimento da sentença como, a ausência de especialidades médicas no plantão, falta de medicamentos e insumos, limpeza e higienização inadequadas,

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

ausência de rede canalizada de oxigênio, ar comprimido e vácuo nas alas de observação e trauma, além de outras irregularidades.

Segundo o MPPA, o Município soube do acórdão e informou a renúncia ao prazo para recurso, com o argumento que o Hospital Municipal está sendo gerido pela Organização Social “Mais Saúde” e que as portarias do Ministério da Saúde estão sendo cumpridas, já que o PSM está funcionando.

A Promotoria realizou inspeções nas dependências do Hospital Municipal, quando verificou o descumprimento, que se perpetua, tomando proporções ainda maiores com o advento da pandemia. Em dezembro de 2020 foi constatada superlotação do espaço, omissões estruturais, de recursos humanos, falta de insumos e medicamentos.

Em outras inspeções foi notado que os problemas persistem. Na última inspeção realizada no dia 18 de junho de 2021, à noite, o MPPA, acompanhado do Conselho Municipal de Saúde, constatou que continuam sendo descumpridas as obrigações determinadas judicialmente.

A Promotoria ressalta que apesar da terceirização da gestão, a prestação dos serviços são de responsabilidade primária do Município. A gestão hospitalar por terceirizadas é de caráter precário e temporário, e os Contratos de Gestão têm tempo determinado, e deve haver continuidade, sobretudo em demanda relativa à saúde.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)